

Tabela n.16: Grau de Dependência dos Utentes do C.D.

	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Utentes Autónomos	4	8
Utente Semiautónomos	5	3
Utentes Dependentes	1	3
Total	10	14

No total dos 24 utentes integrados na resposta social, 11 utentes residiam na freguesia de Cedrim-Paradela e 10 na freguesia de Talhadas. Dos 3 utentes restantes, 2 pertenciam à freguesia de Sever do Vouga, no entanto como é um lugar (Ermiã), por motivos de proximidade e previamente discutido com a Mesa Administrativa, foram admitidos no Centro de Dia.

O outro utente é uma pessoa do Concelho vizinho (Oliveira de Frades – Freguesia do Sobreiro) que por questões de proximidade nos solicitou apoio.

Tabela n.º 17: Utentes por Freguesias.

Utentes do C.D. por Freguesias	2017	2018
Cedrim - Paradela	13	11
Talhadas	12	10
Outras	1	3
Total	26	24

Serviços Prestados pelo Centro de Dia

Os principais serviços do Centro de Dia são: o transporte; as atividades sócio ocupacionais; a alimentação; a prestação de cuidados de higiene pessoal e o tratamento de roupa.

Para além dos principais serviços propostos aos utentes, também asseguramos: ginástica; assistência medicamentosa; o transporte/accompanhamento na aquisição de bens e serviços (sobretudo nas compras de mercearia e idas à Farmácia - semanalmente); acompanhamento em consultas médicas e realização de exames médicos na impossibilidade da família os acompanhar, bem como, todos os serviços necessários ao bem-estar do utente, dentro das possibilidades da resposta.

Animação e Atividades Sócio-ocupacionais

A animação dirigida à população idosa define-se como a forma de atuar em todos os campos e áreas que promovem uma maior qualidade de vida aos mais velhos através de estímulos permanentes da vida mental, física e afetiva. Todas as atividades de animação visam atingir determinados objetivos, como:

- Promover a inovação e novas descobertas;
- Valorizar a formação ao longo da vida;
- Proporcionar uma vida mais harmoniosa, atrativa e dinâmica com a participação e envolvimento do idoso;
- Incrementar a ocupação adequada do tempo livre para evitar que o tempo de ócio seja alienante, passivo e despersonalizado;
- Rentabilizar os serviços e recursos comunitários para melhorar a qualidade de vida do idoso;

Valorizar as capacidades, competências, saberes e cultura do idoso, aumentando a sua autoestima e autoconfiança.

Em todas as atividades relativas à Animação, os pontos que mais foram tidos em conta foram as limitações dos utentes, as suas vivências passadas e como consequência disso, os seus interesses, o facto de terem ou não, alguma escolaridade e por fim, mas não menos importante, a receptividade ao que era proposto.

A Responsável Técnica do Centro de Dia procurou monitorizar semanalmente e mensalmente as atividades através de registos, tendo especial atenção as participações em atividades socioculturais, aulas de ginástica e convívios.

Em termos de trabalhos manuais ocupacionais relacionados com motricidade fina, contra todas as probabilidades, o que mais agrada a praticamente todos os utentes, é a expressão plástica, principalmente pintar desenhos.

Nas atividades de estimulação cognitiva, de memória e concentração, os utentes estão muito receptivos a jogos. O jogo que mais os estimula é o jogo do bingo.

Das atividades propostas e realizadas nas instalações do Centro de Dia, pode-se afirmar que todos os utentes se interessaram e envolveram.

Os intercâmbios com outras IPSS's foi de muito agrado, pois segundo eles, puderam, uns, rever velhos conhecidos e até amigos, outros, conhecer outras pessoas de outros lugares e freguesias.

Nos encontros intergeracionais, deliciaram-se com as atividades em que as crianças alegraram o ambiente. É sempre muito agradável ver as crianças a interagir com os idosos e eles gostam.

Já nas tardes passadas com os alunos da EPA, nas várias disciplinas em que eles vieram partilhar conhecimentos, foi muito enriquecedor para os utentes, pois permitiu-lhes perceber que não pararam por aqui, há sempre coisas novas para aprender, há sempre algo de novo que se pode saber, ao mesmo tempo que se vai partilhando outros saberes com os mais novos.

Deste modo, todos ficam a ganhar, fica um sentimento mútuo de utilidade e necessidade de aprenderem uns com os outros.

De um total de 28 saídas, 11 que foram para a Biblioteca Municipal, apenas contamos com a participação de 8 utentes, a escolher pelos mais autónomos, uma vez que dispúnhamos de apenas uma carrinha para o efeito.

No Passeio para o Santuário de Fátima, foi um número muito reduzido de utentes e na sua maior parte do SAD, uma vez que é muito longe e poucos conseguem fazer uma viagem dessas.

As Celebrações da Eucaristia e rezas do Terço, que perfizeram um total de 66, foram de muito agrado e de total participação de todos os utentes.

Como o Pólo de Talhadas da SCMSV está inserido num meio rural, muitos particulares, utentes, colaboradores e familiares dos colaboradores, durante o ano de 2018 doaram os excedentes dos produtos hortícolas e frutas ao nosso Centro, o que nos permite fazer uma melhor gestão de compras e redução de gastos com esses produtos.

Como principais donativos, é de frisar ainda a Padaria S. Mamedé, que ao longo do ano vai doando os bolos para comemoração dos aniversários dos utentes, pelas épocas festivas faz sempre questão de agradecer o Centro com bolos próprios da época ou outros por nós solicitados.

A qualidade dos nossos serviços prima pelo bem-estar, pelos bons cuidados e pela atenção que é dada aos utentes. Independentemente de tudo o resto que não deixa de ser menos importante, nunca deixando de ter em conta os paradigmas da animação, o indivíduo é o centro da atenção, dando espaço à diversidade e às necessidades de cada um, tendo como objetivo final o bem-estar e a sua total integração.

As vivências e experiências de cada utente são partilhadas, salvaguardando as suas próprias "barreiras", aumentando a autoestima e o sentir-se útil de cada um, conseguindo deste modo um grupo mais coeso, enriquecido em termos de conhecimento e diversidade que cada um acrescenta, permitindo deste modo uma maior interação grupal.

Todos ficam a ganhar e mais que tudo da parte dos utentes existe um sentimento de que são "queridos" e acarinhados, fazendo com que se sintam bem e queiram estar no Centro de Dia, pois citando uma expressão muito utilizada por eles:

"quem não quer vir é porque não sabe o que é bom."

Considera-se que os objetivos da área da Animação foram amplamente atingidos.

6. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

6.1. Balanço

Em 31/12/2018, o Balanço da Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga, evidenciou os seguintes valores:

Quadro n.º 1 – Balanço

RÚBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31 DEZ 2018	31 DEZ 2017
SANTA CASA MISERICORDIA DE SEVER DO VOUGA			Contribuinte: 501337600	
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018			Moeda: (Valores em Euros)	
ACTIVO				
Activo não corrente	6		3 682 689,24	3 314 282,33
Activo fixo tangível	8		4 322,14	3 034,94
Investimentos financeiros			3 687 041,42	3 321 322,27
Activo corrente	9		18 901,70	21 190,48
Inventários	10		428 289,60	307 632,64
Créditos a receber	11		30 154,75	22 124,49
Estado e Outros Entes Públicos	12		3 478,69	1 640,94
Diferimentos	13		31 409,84	47 798,26
Outros Ativos Correntes	4		903 899,40	904 090,43
Caixa e depósitos bancários			1 498 222,58	1 387 397,26
Total do ativo			5 185 263,80	4 968 719,33
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais	14		300 744,81	300 744,81
Fundos	14		851 773,97	801 773,97
Reservas	14		2 117 817,81	2 302 306,94
Resultados transitados	14/12		873 341,87	772 330,09
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais			4 443 877,66	4 327 352,81
Resultado líquido do período	14		97 683,77	213 110,07
Total dos fundos patrimoniais			4 741 361,43	4 542 361,38
Passivo	16		22 428,23	17 237,76
Outras dívidas a pagar				
Passivo corrente	17		82 993,98	72 843,74
Fornecedores	18		36 542,13	23 774,23
Estado e Outros Entes Públicos	12		140 281,67	57 790,04
Financiamentos obtidos	12		2 185,65	9 794,00
Diferimentos	19		139 360,71	182 241,80
Outros passivos correntes			421 282,14	348 613,29
Total do passivo			443 702,37	345 833,63
Total dos fundos patrimoniais e do passivo			5 185 263,80	4 968 719,33

6.2. Demonstração de Resultados

Os valores apurados de Rendimentos e Gastos foram os seguintes (€):

Quadro n.º 2 - Demonstração de Resultados por Natureza

RENDEIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	20	1.439.845,00	1.323.421,78
Subsídios, doações e legados à exploração	21	830.276,59	550.660,91
Variação nos inventários de produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	232.127,73	219.705,71
Fornecimentos e serviços externos	22	798.740,89	695.994,90
Gastos com o pessoal	23	1.057.316,72	984.733,85
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	24	137.465,58	133.904,21
Outros gastos	25	37.305,19	17.105,02
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		272.287,64	398.454,42
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	26	173.248,79	175.080,29
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		99.038,85	215.374,13
Juros e rendimentos similares obtidos	27	110,71	1.204,31
Juros e gastos similares suportados	27	1.465,79	1.068,37
Resultados antes de impostos		97.683,77	215.510,07
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		97.683,77	215.510,07

6.3. Indicadores Económico-Financeiros

Há que ter em atenção, que estes indicadores servem de referência para a avaliação de uma Instituição. Não devem ser analisados por si só, mas numa base sistemática de comparação de várias componentes necessárias para a obtenção dos rácios. Os valores podem ser confirmados no quadro abaixo apresentado:

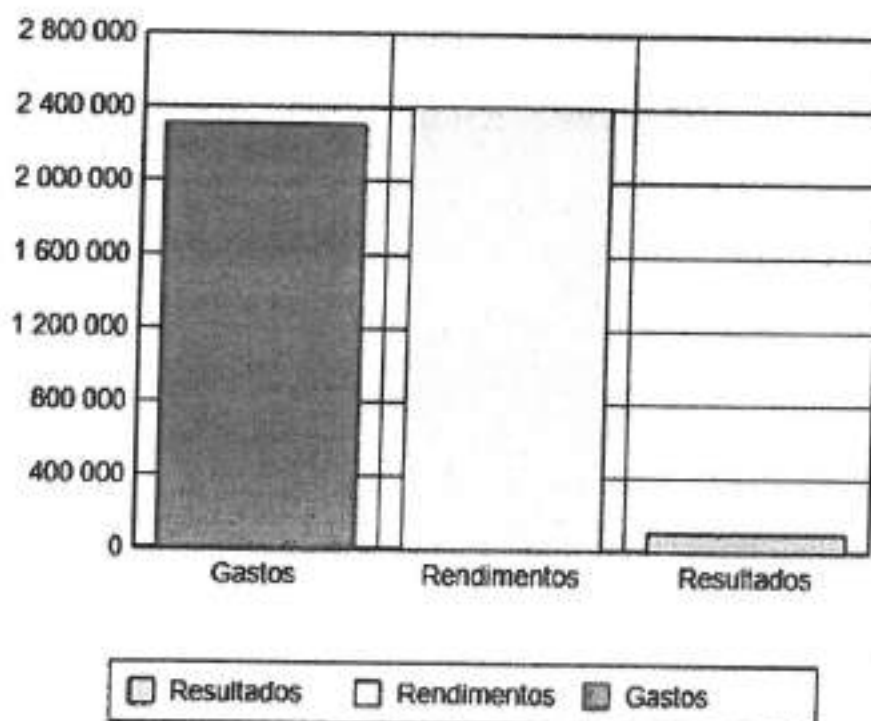
Quadro n.º 3 - Rátios Económicos / Financeiros / Atividade

RÁTIOS LIQUIDEZ		2018	2017	2016
Liquidez Geral =	$\frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	3,557	3,980	4,131
Liquidez Reduzida =	$\frac{\text{Activo Corrente - Inventários}}{\text{Passivo Corrente}}$	3,512	3,919	4,068
Liquidez Imediata =	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Corrente}}$	2,340	2,831	2,785
RÁTIOS DE RENDIMENTO		2018	2017	2016
Rotação do Activo =	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Activo}}$	27,77%	26,96%	26,64%
Prazo Médio do Recebimento =	$\frac{\text{Créditos Comerciais *360}}{\text{Volume de Negócios}}$	107,107	83,688	106,612
Prazo Médio de Pagamento =	$\frac{\text{Débitos Comerciais *360}}{\text{Compras + FSE}}$	145,660	125,002	128,615
RÁTIOS DE ESTRUTURA		2018	2017	2016
Autonomia Financeira =	$\frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Activo Total Líquido}}$	80,47%	85,00%	93,05%
Solvabilidade =	$\frac{\text{Fundos Patrimoniais}}{\text{Passivo}}$	940%	1140%	1382%
Estrutura de Endividamento =	$\frac{\text{Passivo Corrente}}{\text{Passivo}}$	94,95%	95,29%	97,95%
Debt to Equity	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$	10,83%	8,77%	7,24%
RÁTIOS DE ESTRUTURA		2018	2017	2016
Rendibilidade Operacional = das Vendas	$\frac{\text{Resultados Operacionais}}{\text{Volume de Negócios (8)}}$	6,88%	16,27%	16,19%
Rendibilidade Líquida = das Vendas	$\frac{\text{Resultado Líquido (7)}}{\text{Volume de Negócios (8)}}$	6,78%	16,28%	16,41%
Rendibilidade do Activo = Líquido	$\frac{\text{Resultado Líquido (7)}}{\text{Activo Total Líquido}}$	1,88%	4,39%	4,37%
Rendibilidade do Capital = Próprio	$\frac{\text{Resultado Líquido (7)}}{\text{Fundos Patrimoniais}}$	2,34%	5,17%	4,70%

Ano de 2018

(Valores em Euros)

Gastos		Rendimentos	
31	0,00		
61	232 127,73	71	0,00
62	798 749,89	72	1 439 845,00
63	1 067 316,72	73	0,00
64	173 248,79	74	0,00
65	0,00	75	830 276,59
66	0,00	76	0,00
67	0,00	77	0,00
68	37 105,19	78	137 465,58
69	1 465,79	79	110,71
	2 310 014,11		2 407 697,88
Resultados Líquidos: 97.683,77			



O resultado por atividades das valências, foi o seguinte:

SANTA CASA MISERICORDIA DE SEVER DO VOUGA

Data: 19/03/2019

Balancete Geral de Valências

Reg. Exercício / 2018

(Valores em Euros) Página: 1 de 1

Valência	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
90	Contabilidade Analítica	2 424 792,11	2 522 475,88	172 542,77	172 542,77
9001	Jardim de Infância	209 424,70	164 828,88	44 595,82	0,00
9002	Creche	137 786,63	125 646,12	12 140,51	0,00
9003	Lar de Idosos	904 863,37	934 078,69	0,00	19 215,32
9004	Sad	136 800,00	217 121,80	0,00	30 521,80
9006	Serviços Médicos	793 017,61	909 348,97	0,00	116 331,36
9007	SAD Talhadas	48 842,92	41 708,86	7 134,06	0,00
9008	Centro de Dia Talhadas	96 593,50	85 841,93	10 751,52	0,00
9015	Comunidade	29 176,17	28 939,08	237,09	0,00
9017	Tribunal	8 427,75	14 000,00	0,00	5 572,25
9018	Serviço Esquifeiros Talhadas	9 857,46	10 961,50	0,00	1 104,04
909999	Contrapartida de Analítica	2 522 475,88	2 424 792,11	97 683,77	0,00
	Totais	4 947 267,99	4 947 267,99	172 542,77	172 542,77
	Saldo Geral				

7. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

A Santa Casa Misericórdia Sever Vouga não tem qualquer dívida à segurança social nem ao estado.

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido do exercício no valor de 97 683,77€ tenha a seguinte aplicação:

O resultado será transferido para a conta de resultados transitados

9. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação das contas do exercício.

Sever do Vouga, 23 de março de 2019

A Mesa Administrativa



SANTA CASA MISERICORDIA DE SEVER DO VOUGA

Anexo

23 de Março de 2019

[Handwritten signature]



Índice

1.	Identificação da Entidade	3
2.	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3.	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1.	Bases de Apresentação	3
3.2.	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	4
4.	Fluxos de Caixa:	9
5.	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	9
6.	Ativos Fixos Tangíveis	10
7.	Propriedades de Investimento	11
8.	Investimentos financeiros	11
9.	Inventários	11
10.	Créditos a receber	12
11.	Estado e Outros Entes Públicos	12
12.	Diferimentos	12
13.	Outros Ativos Correntes	12
14.	Fundos patrimoniais	13
15.	Subsídios do Governo	13
16.	Outras Dívidas a Pagar	13
17.	Fornecedores	14
18.	Financiamentos Obtidos	14
19.	Outros passivos correntes	14
20.	Rédito	14
21.	Subsídios, doações e legados à exploração	15
22.	Fornecimentos e Serviços Externos	15
23.	Gastos com Pessoal	15
24.	Outros Rendimentos	16
25.	Outros Gastos	17
26.	Gastos de Depreciações e Amortizações	17
27.	Resultados Financeiros	17
28.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	17
29.	Acontecimentos após data de Balanço	18



1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Sever do Vouga é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS, com estatutos publicados no Diário da República n.º 34 de 09/02/1961, Série II, com sede na Rua da Meia Encosta, nº 32, concelho e freguesia de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com a seguinte composição:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF);
- Código de Contas (CC);
- NCRF-ESNL; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e



pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" (Nota 13) e "Diferimentos" (Nota 12).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta: a natureza da reclassificação; a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada e a razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.



As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efectuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um Goodwill, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um Badwill (ou Negative Goodwill) quando a diferença seja negativa. O Goodwill encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efectuar uma avaliação dos investimentos financeiros quando existam indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do Goodwill, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do Goodwill relativo a essa Entidade, excepto quando o negócio a que esse Goodwill está afecto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.



De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos, o Goodwill não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para

qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

- Alterações no risco segurado;
- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no activo pela quantia realizável.



Clientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidas, no Balanço, das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objecto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma



obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam reflectir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Activos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimo Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1 das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.



Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àqueles legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

- a) "A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários..."

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (art.º 9), por força de um despacho publicado no DR 158 II série de 12/07/1989, e comunicado pelo ofício 1151 de 23/06/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Fluxos de Caixa:

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes, inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

O caixa e seus equivalentes, em 31/12/2018, detalha-se conforme se segue:

Caixa e Depósitos à Ordem		
	2018	2017
Caixa	6 144,03	9 322,68
Depósitos à Ordem	470 570,06	668 482,44
Outros Depósitos Bancários	509 185,31	309 185,31
	985 899,40	986 990,43

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



6. Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Outros Ativos Fixos Tangíveis				Saldo final
	Saldo inicial	2018 Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	
Custo					71 468,46
Terrenos e recursos naturais	41 468,46	30 000,00			4 859 245,21
Edifícios e outras construções	4 446 315,55	88 565,41		324 364,25	968 923,00
Equipamento básico	957 311,97	11 611,03			133 220,38
Equipamento de transporte	104 091,51	56 471,36	-27 342,49		70 415,90
Equipamento administrativo	68 029,22	2 386,68			135 380,88
Outros Activos fixos tangíveis	135 380,88	0,00		-324 364,25	0,00
Investimentos em Curso	168 625,56	155 738,69		0,00	6 238 653,83
Total	5 921 223,15	344 773,17	-27 342,49	0,00	

Depreciações acumuladas					1 725 842,31
Edifícios e outras construções	1 609 923,62	115 918,69			604 184,61
Equipamento básico	558 741,26	45 443,35			59 005,12
Equipamento de transporte	72 080,44	71 46,72	20 222,04		53 289,97
Equipamento administrativo	50 910,65	23 79,32			115 642,56
Outros Activos fixos tangíveis	113 281,85	23 60,71		0,00	2 557 964,57
Total	2 404 937,82	173 248,79	20 222,04	0,00	

Descrição	Outros Ativos Fixos Tangíveis				Saldo final
	Saldo inicial	2017 Aquisições / Dotações	Alienações / Abates	Transferências	
Custo					41 468,46
Terrenos e recursos naturais	41 468,46				4 446 315,55
Edifícios e outras construções	4 235 332,00			210 983,55	957 311,97
Equipamento básico	852 348,64	104 963,33			104 091,51
Equipamento de transporte	104 091,51				68 029,22
Equipamento administrativo	59 816,48	8 212,74			135 380,88
Outros Ativos fixos tangíveis	133 157,04	2 223,84		-210 983,55	168 625,56
Investimentos em Curso	192 500,99	187 108,12		0,00	5 921 223,15
Total	5 618 715,12	302 508,03	0,00	0,00	



Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	1 496 893,97	1 115 36,86			1 608 430,83
Equipamento básico	511 370,28	48 863,77			560 234,05
Equipamento de transporte	62 742,21	9 338,23			72 080,44
Equipamento administrativo	49 081,63	18 29,02			50 910,65
Outros Activos fixos tangíveis	109 769,44	35 12,41			113 281,85
Total	2 229 857,53	175 080,29	0,00	0,00	2 404 937,82

7. Propriedades de Investimento

No ano de 2018 não houve movimentos no que concerne às "Propriedades de Investimento"

B. Investimentos financeiros

No que concerne aos "Investimentos Financeiros" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2017, foram os seguintes:

Investimentos Financeiros

Descrição	2018	2017
Investimentos noutras empresas	6 352,16	3 744,43
Outros métodos	1 753,80	1 753,80
Acções TVI	498,80	498,80
Titulos capital - CCAM	1 255,00	1 255,00
FCT	3 305,85	1 990,63
FRSS	1 292,51	1 292,51
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	6 352,16	3 744,43

9. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018
Mercadorias	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	21 190,48	229 844,95	-	18 907,70
Total	21 190,48	229 844,95	-	18 907,70

Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	232 127,73
--	------------

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: -----8.840.50€;
- Matérias de Consumo: ---10.067.20€.

**10. Créditos a receber**

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica "Clientes e Utentes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	424255.10	303.810.73
Utentes	3776.18	3442.03
Pessoal – Fundo de Maneio	349.52	0.00
Total	428.380.80	336.045.64

11. Estado e Outros Entes Públicos

Para os períodos de 2018 e 2017, a rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos		
Descrição	2018	2017
Activo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	30 154,75	22 124,48
Outros	0,00	0,00
Total	30 154,75	22 124,48
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	455,89	357,50
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 474,25	5 518,70
Segurança Social	20 611,99	17 898,05
Total	26 542,13	23 774,25

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos		
Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer		
Seguros	3 470,69	1 640,97
Higiene e Segurança no Trabalho	0,00	0,00
Total	3 470,69	1 640,97
Rendimentos a reconhecer		
Projetos IEFP	0,00	7 674,35
Rendas a receber	2 119,65	2 119,65
Total	2 119,65	9 794,00

13. Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outros Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:



Outros Ativos Correntes

Descrição	2018	2017
IEFP	3 169,32	7 857,36
Devedores por aumentos de rendimento	28 239,72	39 755,93
Outros devedores	0,00	185,60
Total	31 409,04	47 798,89

14. Fundos patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	300 744,81	-	-	300 744,81
Reservas	951 773,97	-	-	951 773,97
Resultados transitados	2 302 306,94	215 510,07	-	2 517 817,01
Outras variações nos fundos patrimoniais	772 530,09	125 000,00	(23 988,22)	873 541,87
Resultado líquido do período	215 510,07	97 683,77	(215 510,07)	97 683,77
Total	4 542 865,88	438 193,84	(239 498,29)	4 741 561,43

15. Subsídios do Governo

A 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Subsídios

Descrição	2018	2017
Subsídios do Governo		
PIDDAC	0,00	1 235,46
Fundo Socorro Social	2 845,15	3 188,72
Pares	587 955,61	608 073,05
Município	23 750,00	25 000,00
Fundo Rainha D. Leonor	123 958,25	0,00
Total	738 509,01	637 497,23

16. Outras Dívidas a Pagar

O saldo da rubrica de "Outras Dívidas a Pagar" é discriminado da seguinte forma:

Outras Dívidas a Pagar

Descrição	2018	2017
	Não Corrente	Não Corrente
Fornecedores de Investimentos - décimos retidos	22 420,23	17 237,76
Total	22 420,23	17 237,76

[Handwritten signatures and initials]
13

**17. Fornecedores**

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

Descrição	2018	2017
Fornecedores c/c	92 997,98	73 087,59
Total	92 997,98	73 087,59

18. Financiamentos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Financiamentos Obtidos

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Contas Bancárias de Factoring	140 261,67	57 790,06
Total	140 261,67	57 790,06

19. Outros passivos correntes

A rubrica "Outros passivos correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Outros Passivos Correntes

Descrição	2018	2017
	Corrente	Corrente
Fornecedores de Investimentos	3 308,93	37 811,91
Credores por acréscimo de gastos	156 051,78	147 429,89
Total	159 360,71	185 241,80

20. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Réditos

Descrição	2018	2017
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	568 340,36	562 561,35
Quotas e jóias	2 190,00	1 010,00
Outros serviços	869 314,54	759 857,43
Juros	110,71	1 204,31
Total	1 439 955,61	1 324 633,09

**21. Subsídios, doações e legados à exploração**

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Subsídios, doações e legados à exploração

Descrição	2018	2017
Subsídios Estado e outros entes públicos	805 373,43	825 389,81
Segurança Social	760 338,30	757 865,02
Autarquias	11 000,00	32 363,64
IEFP	5 163,43	7 607,11
IFFEIP	28 239,72	27 554,04
Outros	631,98	0,00
Subsídios de outras entidades	268,00	280,00
Outros	268,00	280,00
Doações e heranças	24 635,16	24 991,10
Donativos	24 635,16	24 991,10
Total	830 276,59	850 660,91

Os Donativos dividem-se da seguinte forma:

- Donativos em numerário sem contrapartidas – 1.146,00 €
- Donativos em espécie – 23.489,16 €

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 15.

22. Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

Descrição	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos		
Subcontratos	437 910,92	364 124,54
Serviços Especializados	146 741,63	140 304,66
Materials	34 139,08	24 097,92
Energia e Fluidos	128 741,73	112 606,93
Deslocações, estadas e transportes	592,07	959,76
Serviços diversos	50 368,25	50 505,20
Encargos com utentes	256,21	3 395,89
Total	798 749,89	695 994,90

23. Gastos com Pessoal

O órgão diretivo, no período de 2018, foi constituído por 5 membros.



O provedor em exercício é a Doutora Maria de Fátima Tavares. Estes auferiram as seguintes verbas:

-Verbas para representação – 934.75 €

-Reembolso de kms em viatura própria – 417.60 €

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2018 foi de “79” pessoas.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2018	2017
Remunerações aos Órgãos Sociais	1 352,35	1 154,70
Remunerações ao Pessoal	852 547,25	791 104,52
Encargos sobre as Remunerações	186 586,81	175 762,94
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	11 744,29	9 592,03
Gastos de Acção Social	0,00	25,25
Outros Gastos com o Pessoal	15 086,02	7 094,41
Total	1 067 316,72	984 733,85

24. Outros Rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Rendimentos

Descrição	2018	2017
Rendimentos Suplementares	48 154,45	50 920,87
Aluguer de equipamentos	-	2 107,25
Cedência de Artigos de Higiene e Medicamentos	30 083,74	30 796,38
Recuperação de Despesas Operacionais	17 598,29	17 498,08
Outros	472,42	519,16
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,07	17,43
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	61 990,97	52 110,40
Alienações	-	17 930,65
Sinistros	22 555,17	-
Rendas Propriedades de Investimento	39 435,80	34 179,75
Outros rendimentos e ganhos	27 320,09	30 855,51
Correção Exercícios Anteriores	1 145,31	1 292,51
Reposição Subsídio Investimento	23 988,22	24 569,80
Excesso Estimativa Férias e Sub. Férias	2 186,56	4 993,04
Outros não especificados	-	0,16
Total	137 465,58	133 904,21

**25. Outros Gastos**

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	10 700,23	3 412,70
Descontos pp concedidos	0,19	-
Gastos em Investimentos Financeiros	10 265,88	-
Outros Gastos e Perdas	16 138,89	13 692,32
Correções Exercícios Anteriores	3 992,18	4 893,79
Donativos	530,00	1 100,00
Quotizações	-	112,50
Apoio Pecuniário a Carenciados	7 472,97	7 586,03
Outros	4 143,74	-
Total	37 105,19	17 105,02

26. Gastos de Depreciações e Amortizações

A rubrica de "Gastos de Depreciações e Amortizações" encontra-se dividida da seguinte forma:

Depreciações e Amortizações

Descrição	2018	2017
Ativos Fixos Tangíveis	173 248,79	175 080,29
Total	173 248,79	175 080,29

27. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	1465.79	1068.37
Total	-1465.79	-1068.37
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	110.71	1204.31
Total	110.71	1204.31
Resultados Financeiros	-1355.08	135.94

28. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.



A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

29. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Sever do Vouga, 23 de março de 2019

O Contabilista Certificado

David Silva A&S

A Direção

Francisco Soares

[Signature]

[Signature]

[Signature]

[Signature]